

NOTAS SOBRE CONJUNTURA E TAREFAS EM 2025

CDE DA CONDSEF/FENADSEF DE 16.01.2025

Internacional

A situação continua marcada pela guerra na Ucrânia, o genocídio do povo palestino pelo sionismo de Israel - com total apoio dos EUA- acrescida, agora, pela desagregação da Síria, todos fenômenos ligados à crise de dominação dos Estados Unidos que a eleição de Trump não resolverá, se é que não tende a agravá-la.

Na América Latina, os diversos governos que se consideram não alinhados com o imperialismo responderam de forma diversa à pressão exercida pelos EUA, no que ele considera "seu quintal".

Em relação à Palestina, todos condenaram o genocídio em declarações. Colômbia e Bolívia romperam relações diplomáticas com o estado sionista de Israel. Venezuela já havia rompido há vários anos. México e Brasil mantêm as relações diplomáticas além de acordos de comércio (no caso do Brasil via Mercosul). O Brasil também anulou uma compra de armas e retirou seu embaixador de Tel-Aviv, mas nada mais. O Chile também ficou apenas nas declarações.

Ainda de forma muito tardia, Biden anuncia o acordo para pôr fim ao genocídio na faixa de Gaza. Mais de 46 mil pessoas foram mortas, e milhares de vidas poderiam ter sido poupadas caso os EUA não apoiassem esse crime cometido pelo estado sionista de Israel. Mesmo no dia seguinte após o anúncio do cessar-fogo, o estado sionista fez novo ataque matando mais 70 pessoas na faixa de Gaza.

Sobre a Venezuela, a Bolívia apoiou a eleição de Maduro enquanto o Chile condenou "o ditador". Brasil, Colômbia e México tentaram mediar uma negociação, sem sucesso, terminando, assim, por dar um certo conforto à posição dos EUA e da União Europeia. Na questão dos BRICS, Lula vetou a entrada da Venezuela, o que se revela um erro até mesmo avaliando o regime de outros países que foram aceitos sem problemas.

O recente processo eleitoral na Venezuela foi questionado pelos EUA e pela União Europeia no quadro de uma política de sanções e pressões imperialistas. A Condsef/Fenadsef reafirma o seu compromisso com a autodeterminação dos povos, contra a política de sanções e cerco comercial que prejudica antes de tudo a população trabalhadora e a rejeição de toda tentativa de ingerência do imperialismo nos países da América Latina.

No apagar das luzes do Governo Joe Biden, Cuba é retirada da lista de países que patrocinam o terrorismo. Uma decisão tardia e que deveria ser acompanhada pelo fim do criminoso embargo econômico, imposto ao povo cubano há 67 anos. No entanto, mal tomou posse, Trump já revogou essa decisão retornando Cuba para essa lista absurda. Os recentes acontecimentos da Síria e outro mais antigo, Afeganistão, por exemplo, são repletos de exemplos sobre quem patrocina o terrorismo.

A Condsef/Fenadsef (XIV Congresso) participa da luta contra a guerra, pelo-cessar fogo imediato, contra o genocídio na Palestina e, neste momento, adere à campanha pela libertação do Dr. Hussam Abu Safiya, Diretor do último hospital que funcionava no norte de Gaza e que foi bombardeado e incendiado pelos sionistas. Também reafirma sua posição pela libertação de Jorge Glas, ex-vice-presidente do Equador, vítima de perseguição judicial ("lawfare"), método utilizado pelos EUA, com apoio da imprensa servil, para desestabilizar governos e atacar partidos adversários.

Nacional

No Brasil, no fim de 2024, o governo cede à pressão do capital financeiro e aprova um pacote fiscal regressivo contrário aos interesses dos trabalhadores: bloqueia em 2,5% o ganho real do salário-mínimo, endurece as regras para concessão do BPC, retira o abono salarial de parte dos trabalhadores e atinge diretamente os servidores federais ao colocar limitações estritas ao crescimento da folha de pagamento a partir de 2027.

Trata-se de consequências da aplicação prática do arcabouço fiscal (calabouço, como afirmou a Condsef/Fenadsef na campanha contra sua aprovação) que bloqueia o crescimento econômico e o investimento público em benefício do capital especulativo.

A maioria do Congresso Nacional continua tendo como prioridade manter o controle, sem transparência e sem fiscalização, dos absurdos R\$ 52 bilhões do orçamento por meio das imorais emendas parlamentares.

A não-aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), utilizada como chantagem sobre o governo, impediu que os ganhos financeiros dos acordos de 2024 com o MGI comessem a chegar aos servidores na data prevista (haverá pagamento retroativo; a Condsef está oficiando o MGI para pagar os atrasados por meio de folha suplementar para evitar maior incidência do IR).

Ao mesmo tempo a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou a PEC do estupro (16/2012) que agride os direitos das mulheres e ameaça as condições de vida até mesmo de adolescentes estupradas. A Condsef/Fenadsef proporá a luta contra essa PEC como pauta das manifestações do próximo 8 de março, Dia Internacional da Mulher Trabalhadora.

A presença obrigatória (Lei Complementar 179/2021), de 2022 a 2024, na presidência do Banco Central, do especulador bolsonarista de extrema-direita, Roberto Campos Neto, fez a taxa de juros (Selic) do Brasil chegar a 12,25%, em dezembro/24, a segunda maior do mundo, com ameaça de mais dois aumentos de 1% em janeiro e março, o que a levaria para 14,25%!! A cada aumento de 1% nessa taxa, a dívida pública aumenta em R\$ 50 bilhões, desviando verbas dos serviços públicos e políticas públicas diretamente para o bolso dos especuladores.

Como se não bastasse, Roberto Campos Neto (RCN) usou todo seu peso como presidente para, junto com senadores de extrema-direita, como Flávio Bolsonaro, Cleitinho e Damares, tentar aprovar a PEC 65/2023, que transformaria o BC em empresa pública de direito privado abrindo caminho para sua total captura pelo mercado financeiro. A PEC 65 só não foi aprovada até aqui pela luta dos servidores, da qual participou ativamente a Condsef/Fenadsef, que continua até a retirada definitiva da PEC.

Por si só, a gestão de RCN é o maior argumento pelo fim da chamada independência do Banco Central que, nos fatos, é a dependência do mercado financeiro.

A crise institucional, que já vinha de antes e se agudizou em 2013/2014, foi agravada ao extremo no período golpista (2016-2022). No centro dessa crise, como não poderia deixar de ser, está a disputa pelo orçamento, com o capital financeiro instrumentalizando políticos de extrema-direita para promover medidas com ataques brutais contra os trabalhadores do setor público e privado.

Foram anos de congelamento salarial para os servidores ao mesmo tempo em que se aprovaram a lei das terceirizações ilimitadas (13.429/2017), a reforma trabalhista (Lei 13.467/2017) e a reforma da previdência (EC 103/2019). A consequência foi aumento da precarização do trabalho, esgarçamento dos sistemas previdenciários, superexploração da mão-de-obra no setor privado e queda do poder aquisitivo do trabalhador no setor público. Foi para isso que deram o golpe! A Condsef esteve presente com força na Marcha a Brasília, de 22 de maio de 2024, convocada pela CUT pela revogação dessas reformas, e continuará participando das iniciativas nessa direção.

Na tentativa de reeleição, o governo Bolsonaro deixou como herança enormes rombos fiscais. O teto de gastos (EC 95/2016) foi sistematicamente furado sem que o mercado financeiro e a imprensa fizessem nem 10% do barulho que fazem hoje, quando o único risco fiscal à vista se deve ao aumento da taxa de juros.

Hoje, veio à luz toda a dimensão da tentativa de golpe preparada por dentro das instituições de estado, em particular com o envolvimento de altas patentes das Forças Armadas. Até mesmo o assassinato de presidente, vice e ministro do STF foi planejado!

Para servidores e empregados públicos, o amplo repúdio aos golpistas é uma necessidade para defender a liberdade de organização e a luta pelas reivindicações que não existiria se o golpe fosse vitorioso.

A prisão de Braga Neto, a primeira de um general de quatro estrelas por instituições civis, deve ser o início de uma série que leve à condenação e prisão de todos os generais golpistas e dos financiadores da tentativa de golpe. "Sem anistia" é condição primeira para afastar a ameaça de novos golpes.

Também marca a conjuntura nacional o aprofundamento da pressão da bancada do agronegócio sobre as terras indígenas, as terras públicas, os trabalhadores do campo e o orçamento federal. Enquanto o setor recebe a maior parte de recursos públicos em créditos, incentivos, isenções tributárias e perdões de dívida, realiza campanha ferrenha pela redefinição dos direitos dos povos indígenas às suas terras, por meio da instrumentalização do STF em direção a um acordo em relação à aplicação do chamado "marco temporal" para a demarcação de terras indígenas, já declarado inconstitucional. O resultado desse processo, que objetiva abocanhar mais recursos públicos com vultuosas indenizações, é o aumento da violência direta que esse quadro de insegurança jurídica gera. Para dar um exemplo recente, ao menos 17 indígenas Avá-Guarani do oeste do Paraná ficaram gravemente feridos em uma nova onda de ataques armados, entre dezembro de 2024 e janeiro de 2025.

A escalada de violência também atinge agricultores familiares. Em 10 de janeiro de 2025, um atentado brutal foi realizado contra famílias do Assentamento Olga Benário, do MST (Tremembé-SP), resultando no assassinato de dois líderes do movimento. Esses ataques ocorrem em um contexto de dois anos sem desapropriações de terras para reforma agrária durante o terceiro mandato do presidente Lula. Enquanto isso, o lobby ruralista avança no Congresso com projetos de lei do chamado "pacote anti-MST", que visa restringir as ações do movimento e as políticas de reforma agrária.

Diante desse cenário, a Condsef/Fenadsef e os sindicatos gerais devem continuar mobilizando sua base em defesa da reforma agrária popular e da regularização fundiária dos territórios indígenas, quilombolas e das Unidades de Conservação.

A luta no serviço público e empresas públicas federais

Preliminarmente, registramos o resultado das negociações de 2024 e do reajuste de 2023: a luta dos servidores - na qual se integra a derrota eleitoral do bolsonarismo - conquistou reajustes salariais de 2023 até 2026 que, mantida a previsão inflacionária, garantem que todos os federais (RJU) terão a reposição da inflação e algum ganho real. A recuperação, ainda parcial, das perdas havidas no período golpista é, repisamos, conquista da categoria, por meio de suas entidades sindicais, que ajudou a derrotar eleitoralmente o bolsonarismo.

No entanto, por ter negado a proposta unificada apresentada em janeiro de 2024 pelo Fonasefe e pelo Fonacate, construída com ativa participação da Condsef/Fenadsef, o governo acabou realizando negociações por categoria que resultaram no aprofundamento das distorções salariais.

A elitização do serviço público também avançou com a política do MGI para as diretrizes para os planos de carreira, política à qual a Condsef/Fenadsef se contrapõe com a proposta aprovada no congresso de dezembro de 2024, já apresentada ao MGI. Por decisão do CDE de setembro, circula na base a Carta a Lula que pede uma intervenção da Presidência da República sobre essa questão. Devemos impulsionar a coleta de adesões até a data de entrega, prevista para 20 de fevereiro (confirmar).

Outro grave problema foi a decisão do STF de validar o trecho da EC 19/1998 (que estava suspenso), eliminando a obrigatoriedade prevista na redação original do Art. 39 da Constituição de a administração pública dos três níveis contratar por meio do Regime Jurídico Único, instituindo Planos de Carreiras. Dessa forma, fica liberada a contratação via CLT, o que coloca em xeque todas as nossas conquistas, ainda que o dispositivo seja válido somente para novas contratações.

Ainda em relação ao orçamento, para o ano de 2025, do Orçamento Anual de mais de 5,87 trilhões, 2,77 trilhões serão destinados para o pagamento de "dívidas". Um verdadeiro assalto aos cofres públicos, destinados ao setor especulativo, blindado e comemorado pelo mercado financeiro. Por outro lado, o impacto total do reajuste de servidores é de aproximadamente 16 bilhões.

Recepção aos novos servidores

Em meio a um cenário de ataques aos direitos dos trabalhadores e ao enfraquecimento de sua organização política, os sindicatos gerais da base da Condsef/Fenadsef devem se voltar à recepção dos novos servidores, selecionados pelo Concurso Público Nacional Unificado, que terão seu ingresso anunciado a partir do dia 04 de fevereiro.

Ao todo, 6.640 novos servidores deverão ingressar em 21 órgãos da Administração Pública Federal. A Condsef/Fenadsef deve orientar os sindicatos gerais a buscar participar dos processos de recepção, ambientação e formação dos novos servidores promovidos pelo MGI, de forma a construir um diálogo direto na base desde o ingresso. É importante que os sindicatos preparem material de divulgação (panfletos, vídeos institucionais e publicações nas redes sociais, com impulsionamento) para apresentar a atuação das entidades, as pautas e reivindicações em andamento e os calendários de atividades e de mobilização. Também é importante reforçar as campanhas de filiação em curso voltadas aos atuais e futuros servidores.

Empresas Públicas

Embora com diferenças entre elas, a situação continua difícil também nas empresas públicas cujos empregados são representados pela Condsef/Fenadsef.

Até hoje, a Conab, cuja data-base é primeiro de setembro, sequer apresentou uma proposta de reajuste na mesa de negociação. A melhor articulação para os membros das diversas comissões de diálogo com a empresa é indispensável para o reforço da mobilização, encaminhamos um ofício para empresa cobrando uma proposta para encaminhar para a categoria.

Na Ebserh, que tem ACT até junho de 2026, diversos pontos do acordo anterior ainda não foram implementados e continua com a grave pendência da tentativa de barrar acumulação de cargos públicos para diversas profissões, prejudicando a categoria.

Na CEASA/MG, cujo a data base é primeiro outubro, está na mesma situação da CONAB.

A Condsef/Fenadsef também representa a categoria de empregados públicos da Ceasa Minas, Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL, Infra S.A (fusão da Valec com a EPL), Embratur, Hemobrás....

Todas elas dependem diretamente de normas e decisões da SEST-Secretaria de Orçamento e Controle de Empresas Estatais que colocam as negociações coletivas numa camisa de força.

A Condsef/Fenadsef buscará avançar na qualificação dos representantes dessas categorias visando as negociações e a busca de sua unidade, juntamente com a CUT. Uma iniciativa foi a participação da Condsef/Fenadsef no ENCONTRO DAS ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE TRABALHADORES DAS ESTATAIS E EMPRESAS PÚBLICAS realizado pela CUT, em 26 E 27 DE NOVEMBRO DE 2024, que adotou um manifesto entregue ao governo e criou um Coletivo em defesa dos empregados públicos.

Por fim, a Condsef/Fenadsef reforçará a pressão sobre o MGI pela solução das pendências que decorrem das negociações e novas que surgem após a edição da MP 1.286/2023, ao mesmo tempo que participa no quadro do Fonasefe da elaboração da nova plataforma de reivindicações a ser dirigida ao governo.

Direção da CONDSEF/FENADSEF